



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55

16ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais
CTIPCT/CIF

LOCAL: Sala 101 do Anexo I do Palácio do Planalto, Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF

Dia: 7 de novembro de 2018

Horário de início e de término das sessões: 7/11: 10h00 – 13h00; 14h00 – 18h00

Participantes:

- Andréa Valentim Alves Ferreira (SEPP/IR/SE-CNPCT/MDH)
- Andrei Camargo Duarte (FUNAI/ Fundação Nacional do Índio)
- Antônio Carlos Cacique Tupiniquim (TI Comboios)
- Antônio Carvalho Cacique Guarani (TI Caeiras Velhas)
- Bruno Alcântara Cardoso Fundação Renova (Líder de Programa)
- Carlos Anselmo Costa Cenachi (Fundação Renova/Governança)
- Caroline Buosi Molina (Secretaria de Governo SNAS/DPDS)
- Cecília Reigada Piva (FUNAI/Fundação Nacional do Índio)
- Daniele de Aragão Mendonça (Fundação Renova/Comunicação)
- Douglas da Silva Lemos (Presidente AITG - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani)
- Edna das Neves e Silva (SETADES/ES)
- Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova Vice-Líder de Programa)
- Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova – Governança)
- Fernando Pessoa de Albuquerque (SESAI/MS)
- Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova Advogado)
- Marcos Gomes (Ramboll/MPF)
- Izac Barbosa Axer (DSEI MG-ES/SESAI/MS)
- João Marcos Mattos Mariano (Defensoria Pública da União) (via áudio conferência)
- Jorge Luiz de Paula (FUNAI Fundação Nacional do Índio)
- Leandro Ferreira Benedito (TI Tupiniquim estudante – UnB)
- Luiz Henrique Rodrigues (SECULTES/ES)
- Marcelo Carlos Catharin (SEAP/PR - Consultor FAO)
- Márcia Carvalho Vieira (SETADES/ES)
- Mariely Helena Barbosa Daniel (SESAI/MS)
- Monica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo-Comissão Local)
- Pablo Crozetta Teixeira (IBAMA/ASS/PRESO)
- Rafael Fabrício Ferreira (DSEI MG-ES/SESAI/MS)
- Renaldo Krenak (TI Krenak)
- Renan Vinicius Sotto M. de Oliveira (Defensoria Pública da União)
- Suzane M. F. Carvalho (Secretaria de Governo - SNAS/DPDS)
- Thaís Yuri Tanaka de Almeida (Ramboll/MPF)
- Thays Coutinho (Ernest&Young)
- Thiago Henrique Fiorott (FUNAI/Ouvidoria-SEDE)
- Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares)
- Valeria do Socorro Novaes De Carvalho (FUNAI/SEDE)
- Lucas Cravo de Oliveira (Defensoria Pública)
- Paula Oliveira Lima (Casa Civil/CTOS)
- Julia Dalla Costa (INCRA/Quilombolas)
- Guilherme Caldeira (Ernest&Young)
- Marina Rios Amorim (SESAI)
- Rodrigo Resende (SESAI/MS)





56 **1) INFORMES da COORDENAÇÃO**

- 57 ○ Apresentação do Membro indicado pelos Faiscadores atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do
58 Escalvado/Ponte Alta.
59 ○ Reestruturação dos Programas 03 e 04.
60 ○ Necessidade de atendimento às deliberações do CIF dentro do prazo pactuado

61
62 Esta foi a primeira reunião com o Sr. Sebastião como membro oficial e representante dos faiscadores de Santa Cruz
63 do Escalvado e Rio Doce/MG. Informado à FR sobre a reestruturação dos Programas 03 e 04. Foi feita uma primeira
64 conversa sobre a necessidade de haver um processo mais participativo, com envolvimento direto da população
65 atingida na definição e validação do escopo dos PG03 e 04. A FR recebeu os ofícios contendo as análises da CT-IPCT
66 sobre os referidos programas e, internamente, está alinhada no entendimento da necessidade de contribuição e
67 envolvimento da comunidade aos programas. No entanto, há o entendimento que o processo poderia ser liderado
68 pela CT para orientar a FR sobre as etapas subsequentes e de como se daria a participação avaliativa ou ponto a
69 ponto dos atingidos. A resposta ao ofício enviado será protocolado hoje e já irá conter o cronograma e a forma de
70 atuação para readequar os programas. A ideia que foi levada pela FR era um grande workshop com a participação da
71 comunidade, programas e membros da CT, para discutir internamente o novo desenho de todos dos programas e
72 inserir as críticas e avaliações. A CT pontua mais uma vez que essa não é uma atribuição sua, que compete
73 exclusivamente à FR elaborar e propor as ações que integram os PG 03 e 04, por meio de diferentes metodologias.
74 Para tanto, devem ser consideradas os diferentes grupos e particularidades dentro dos povos tradicionais e que as
75 ações precisam ser direcionadas a cada um especificamente levando em consideração essa heterogeneidade. Ir a
76 campo e construir as ações em conjunto com cada comunidade é o mais importante. E a FR não pode ficar
77 esperando a CT dar os apontamentos para seguir com as ações mesmo com as dificuldades pontuadas pela FR e uma
78 proposta de alternativa diante de um não atendimento. Os programas não podem ter uma atuação burocrática
79 mesmo que a CT demore a se manifestar, a FR tem a obrigação institucional de que as ações sejam realizadas no
80 território principalmente por ter um corpo técnico qualificado, mas que precisa de maior integração entre as
81 equipes e os programas. Há ainda a necessidade de resolver as questões pendentes antes de qualquer estruturação
82 nos programas.

83
84 O representante cacique Toninho do Comboios ressalta que a FR não está dando conta das demandas, algumas
85 ainda nem se iniciaram e, não está cumprindo com os prazos e que precisa ser levando em conta que estão lidando
86 com seres humanos. Se o assunto tratado for sobre água, cultura e lazer ou moradia, por exemplo, pessoas com esse
87 conhecimento específico têm que participar das reuniões e ir a campo. A comunidade espera pelas respostas da
88 empresa que serão levadas por ele. E que uma precisa fazer a sua parte, a CT cobrar e monitorar e a FR realizar as
89 ações propostas e acordadas. A FR responde que irá buscar uma forma de atuar que não gere mais desgaste e a
90 diretoria está ciente da revisão do programa e da metodologia de gestão que deve ser utilizada para atuar de
91 maneira mais integrada. O cronograma tem que ser feito junto com a comunidade bem como a execução dos
92 encaminhamentos para que o documento de definição do programa quando for analisado contenha as
93 particularidades de cada uma. A melhor maneira de ter celeridade nos processos é a participação e construção
94 conjunta.

95
96 ENCAMINHAMENTO 16-1: A CT solicita à FR a participação dos profissionais especialistas em outros temas presentes
97 na pauta não exclusivo da CT. Prazo: a partir da próxima reunião, dia 27/11.

98
99 ENCAMINHAMENTO 16-2: Apresentar proposta de cronograma de atividades para apresentação, construção e
100 validação dos Programas 03 e 04, para cada uma das comunidades tradicionais atendidas. Este cronograma deve
101 conter a metodologia desse trabalho (como será feito? Por quem). Na 1ª etapa as ponderações foram feitas e
102 descritas na NT, com a reestruturação das propostas para os territórios. Prazo: dia 22/11.

103
104 **2) OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

- 105
106 ○ Atualização sobre ações para sanar tensionamento entre quilombolas e não-quilombolas de Degredo
107 ○ Análises dos Poços em Degredo: relatório analítico sobre os resultados e propostas de ações
108 estruturantes – não incluídos no documento, embora citados na última reunião da CT-IPCT.
109 ○ Atualização – atividades vinculadas ao PBAQ



- 110 ○ Ações realizadas pela Fundação Renova junto aos fiscoadores de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e
111 demais comunidades tradicionais de Minas Gerais – emergenciais e estruturantes.
112 ○ Informe sobre processo de contratação do Projeto de Mapeamento de Povos e Comunidades
113 Tradicionais – cronograma de execução do Projeto e previsão de relatórios.

114 *Pontos para discussão:*

- 115 a) Relatório da Razão Consultoria
116 b) Calendário proposto no Cronograma da transição do modelo de pagamento de auxílio emergencial atual
117 para “por trabalhador/a atingido/a”
118 c) Questão hídrica e Plano Emergencial para Degredo.
119 d) Plano de Contingência para Cheias para Degredo, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Alta.
120 e) Programa 04 – adequações finais e submissão à consulta

122 A FR relata que houve uma ação interna de alinhamento com equipe do CIA com equipe do PIM e estabeleceu-se
123 uma rotina de encontro periódicos e que a CIA móvel em Degredo precisa ajustar a conexão da internet porque não
124 houve como atender as pessoas devido a esse problema.

125 A CT vê a necessidade de ter representantes de plantão no local para dar as respostas, tirar as dúvidas e ajudar a
126 evitar conflitos, que já estão virando rotina no território. E recomenda que seja feito com urgência um plano de
127 gerenciamento de conflitos, com abordagens e ferramentas para este tipo específico de problema. Pontuou-se que
128 dificilmente quem faz parte do conflito pode mediá-lo. A sugestão é que a FR contrate mediadores externos para
129 fazer esse diálogo, com independência e autonomia para assumir posições neutras. Precisa ser prioritário, há
130 possibilidade de agravamento da situação, e a CT está no limite das suas contribuições. O Conselho Curador precisa
131 ser notificado com urgência pois a curva de conflitos está crescendo de maneira vertiginosa.

133 ENCAMINHAMENTO 16-3: Reunião dia 12/11, às 14:00 horas, na MPF de Linhares com a Defensoria Pública,
134 lideranças Representantes das duas Associações em Linhares, e das Comissões dos dois lados Quilombolas, líderes
135 dos programas da CT-IPCT da FR, Diego do programa PIM (FR) para as ações emergências, e especialista em
136 mediação que é o advogado já contratado pela FR. A FR ficou de verificar a agenda deste especialista. E depois
137 realizar uma ata para ser distribuída e marcação e um cronograma de reuniões periódicas nessa linha e discussão
138 das outras ações.

142 A CT estranhou o relatório da Razão Consultoria pelas afirmações feitas neles porque não é de conhecimento que
143 nenhum outro estudo correlato, realizado em outras partes do território atingido pelo Desastre, tenha as feito. Por
144 exemplo, até o momento nenhum outro relatório/estudo afirma que não há problema de contaminação da água, ou
145 que Degredo não foi uma área considerada atingida, e que o pescado está apto para consumo. O estudo coordenado
146 pelo professor Adalto, que analisa a concentração de metais no pescado e camarão, no mar e na foz, por meio de
147 diversas expedições, ainda não é conclusivo se os peixes são ou não aptos para o consumo. Por isso, alerta-se para
148 que as metodologias de estudos guardem coerência entre si, tanto para povos e comunidades tradicionais como
149 outros atingidos. Ademais, que a comunicação feita aos atingidos sobre resultados de estudos sejam adequadas aos
150 casos de desastre. E quanto ao teor do relatório não deveria ser uma análise unilateral, dando a integralidade aos
151 assuntos como colocado anteriormente porque tem que perpassar pelas Câmaras da Biodiversidade, Segurança
152 Hídrica, Rejeitos e de Saúde, além do GT Pesca. Questiona-se como apenas com uma coleta a consultoria chegou a
153 este resultado. O GT Pesca, por exemplo, não teve acesso a esse relatório. E a responsabilidade é da FR sobre o que
154 a H&P entrega. De acordo com a FR esse relatório foi apresentado ao CIF, CT-SHQA e mantenedoras.

156 ENCAMINHAMENTO 16-4: A FR irá solicitar esclarecimentos acerca do parecer do relatório da Razão Consultoria
157 contratada pela H&P, e colocar internamente para avaliação do corpo técnico da FR quanto as afirmações feitas no
158 relatório, e uma agenda para que a consultoria faça também uma apresentação para a Câmara Técnica. Prazo:
159 27/11.

161 ENCAMINHAMENTO: Compromete a oficiar a HIP e cobrar uma posição com relação ao relatório, metodologia, perfil
162 dos profissionais, em paralelo solicitar a FR a as ações previstas no documento. Não precisa aguardar a CT se
163 pronunciar. Prazo: 14/11.

165 Os Acordos Emergências com a tribo Tupiniquim Guarani para atender as demandas apresentadas pela NT 21, que
166 trata a isonomia do tratamento dos indígenas tem uma resposta. Quando a FR assumiu esses acordos no formato
167 que estava, o compromisso que se estabeleceu foi a sua manutenção, enquanto o estudo de componente ocorresse
168 em paralelo. A FR tem uma limitação interna do ponto de vista operacional uma vez que a proposta seria de
169 modificar o acordo incluindo a inclusão de outros povos tradicionais e alterações de valores. Número de família e
170 temporalidade. Mas se houver a abertura de novo espaço para discussão de um novo de acordo sabe-se que o
171 processo irá levar mais tempo. Dois acordos autônomos e as suas lideranças têm poder de decisão sobre eles.
172

173 A Defensoria Pública coloca que o parecer da FR trouxe um cenário de muita incerteza. Quando o assunto foi tratado
174 pela primeira vez no ano passado, mostrou-se uma certa insegurança, mas diante da comprovação dos fatos foi
175 concordado em igualar para o maior valor. No entanto, à medida que o tempo vai passando, alcança-se grau de
176 maior certeza em relação aos aspectos do desastre. A percepção das diferentes realidades já é reconhecida nas
177 comunidades, mas, há que se levar em conta que o território é compartilhado e que o convívio existe. Assim, as
178 percepções atuais podem não ser as mesmas de momentos anteriores, especialmente as logo após o desastre. A FR
179 não pode ser omissa diante dos fatos que estão sendo trazidos na reunião. É quase uma obviedade quando se pede
180 equiparação, que se trate de forma isonômica, que o AFE seja nivelado pelo maior valor.
181

182 A FR explica que as ações compensatórias precisam passar pelo CIF de acordo com o TTAC e não há dúvidas sobre o
183 avanço nas questões estruturantes para além das que já estavam correndo. Acordou-se anteriormente que o
184 primeiro item de reparação seria a isonomia. Mas que seria retirado num segundo momento para que se pudesse
185 discutir e aprofundar no amadurecimento junto com a comunidade indígena, se é retroativo ou não e qual tipo de
186 educação financeira poderemos fornecer antes de finalizar o assunto. A deliberação do último CIF trouxe esse
187 questionamento novamente. E neste processo que as vezes não é documental pode gerar diversas interpretações O
188 único documento que fala de impacto é a NT, vale como relatório processual. A FR saiu da reunião interna do dia 23
189 com outro entendimento. Há a necessidade de compartilhar apontamentos e posicionamentos durante as
190 discussões para que não haja falha nas interpretações que tendem a ser combustível no processo de
191 desentendimento nos territórios.

192 A FUNAI traz um apontamento de que reuniões solicitadas paralelamente pela FR, previamente ao CIF e que não
193 sejam as reuniões ordinárias da CT, não são ambientes de deliberações. Podem importantes como instrumento
194 facilitador na discussão sobre o andamento e alinhamento de ações dos programas, mas não é fórum de decisões.
195

196 Comboios: A FR continua violando os direitos da comunidade de Comboios e negando os compromissos já descritos
197 e suas responsabilidades. Não compete a CT obrigar a FR a fazer algo que é a sua obrigação. O encaminhamento
198 seria deixar a negociação da maneira como está e ser tratada diretamente no território indígena com o cacicado
199 para ouvir as demandas e validar a sua responsabilidade perante a comunidade. E não está levando em conta o
200 conflito gerado com relação a esse assunto da equiparação de valores financeiros. Hoje tem-se quatro equipes de
201 consultorias e que precisam falar a mesma língua e jogar no mesmo time. Dá para ver a olho nu o impacto do
202 desastre em Aracruz e não só para os indígenas, mas para toda a população não só todos os atingidos: faisqueiras,
203 pescadores, indígenas, quilombolas, artesãos e outros. Não está levando em respeito ao trabalho de um povo. Não
204 tem cumprido com o abastecimento de água, o plano de Contingência, ou o corpo técnico está fraco ou a demanda
205 é muito grande.
206

207 Retorno sobre o fornecimento de água para consumo humano:

208 A transição de ações emergenciais para estruturantes é algo complexo. Tem-se a expectativa que ECI traga de forma
209 concreto as ações mais estruturadas a serem implementadas nos territórios. É preciso alinhar com as lideranças o
210 melhor formato para a apresentação dos programas e discutir quais as ações emergenciais poderão ser feitas. A
211 Polifônicas já tem um cronograma de atuação para estruturar o relatório e, dia 03 de dezembro, fará a entrega do
212 relatório parcial, o que não impede que as coisas aconteçam paralelamente. Já existe uma solicitação das lideranças
213 locais para que haja uma apresentação para a comunidade dos programas, suas interfaces e o que dialoga com a
214 realidade de cada um deles e o que já pode ser implementado, e este processo acontecerá ao longo de novembro e
215 dezembro.

216 Um apontamento feito pela FR é que qualquer agenda de reunião que for acordada em paralelo com as ordinárias
217 precisa ser de outro formato ou que acontecessem de maneira que não gere problemas de interpretação ou
218 comunicação. Porque houve interpretações distintas sobre a isonomia do tratamento dos indígenas; a diretoria irá
219 se manifestar ainda esta semana.



220 Com relação ao abastecimento de água, a FR afirma que o posicionamento será feito pela diretoria. E foi acolhida a
221 deliberação do último CIF para as ações emergenciais e já estão sendo tomadas as providências necessárias. A CT
222 aproveita a oportunidade e pede um comprometimento e esforço da FR em trazer as respostas concretas e sobre os
223 assuntos tratados em reunião.

224
225 Com relação ao sistema de abastecimento de água como ação estruturante, considerando a deliberação 201 de 28
226 de setembro e a partir das propostas discutidas com a CT Saúde, será elaborada uma NT com as linhas bases do que
227 seria uma solução estruturante viável. Discutido e acordado durante a reunião da CT Saúde a inclusão das terras
228 indígenas para o estudo da qualidade da água para consumo humano.

229 O encontro com as lideranças e a FR alinhou a necessidade de fazer a coleta nos postos de abastecimento nos 100
230 pontos e para essa semana a FR promoveria uma ação de coletas nesses pontos, para subsidiar as propostas e já
231 começou a ser articulado com a FR o agendamento. Nesta semana já serão estabelecidos as ações de urgência.
232 Apresentar os relatórios e análise preliminar que serão disponibilizados para a CT-Saúde também. Da mesma forma
233 que foi em Degredo, já vai existir uma primeira coleta de amostras e marcados os pontos via GPS. Acompanhamento
234 da SESA também foi solicitado pela CT e será enviado um convite assim que as agendas com as lideranças forem
235 marcadas.

236 De acordo com a FR o abastecimento de água para consumo nas áreas fora da área ambiental 1 e 2, tanto para
237 Degredo quanto para os territórios indígenas será feito até que a ação estruturante seja implementada. Com nexa
238 causal, essa ação é considerada reparatória. O monitoramento mínimo é de 2 anos de série histórica.

239

240 Fluxo de Inclusão das Famílias no Auxílio Emergencial

241 Este assunto está sendo tratado desde agosto e o que está sendo discutido durante as reuniões era a lógica e
242 critérios adotados não havendo assim resistência por parte da equipe técnica da FR a inclusão das famílias
243 solicitadas. E preciso esperar pela devolutiva que virá dentro da renovação do acordo. A CT pontua que não é um
244 novo acordo a questão das famílias é uma questão vinculada ao TTAC e que precisa ser resolvida.

245

246 Plano de Contingência

247 FR informa que realizou reunião com a Defesa Civil de Aracruz para reestabelecer o processo. Ficou acordado para
248 Comboios a instalação de réguas em pontos determinados que ativam o gatilho para as ações de contingência da FR
249 e Defesa Civil no período chuvoso. Versão resumida do Plano foi protocolada; até o final do mês de novembro deve
250 ser apresentada a versão do plano mais completa. A réguas que não foram instaladas estavam enfrentando
251 problemas com a autorização de alguns moradores. Foi solicitado a Priscila, que coordena o processo, que
252 apresente melhor esclarecimento sobre os critérios adotados e porque Comboios foi o foco principal porque tem um
253 histórico de cheias e o que já se tem dialogado e acordado em cada município.

254 Foi deliberado no CIF o atendimento integral do plano de contingência, com inclusão de Comboios e detalhamento
255 das ações de cada etapa. Outro ponto é a parte da participação da equipe dos órgãos de saúde dos governos nas
256 articulações das ações. Mas a CT informa que já há essa participação e que haverá o retorno dia 12/11 e está com
257 uma NT em resposta ao ofício da FR.

258

259 **ENCAMINHAMENTO: Cronograma para apresentação do Relatório Parcial do ECI pela Polifônicas, e Cronograma**
260 **de atividades e execução de ações estruturantes na TI (água, saúde, organização e fomento produtivo etc).**

261

262 Tema Faiscadores

263 É a primeira vez que o tema é tratado de forma oficial na reunião pela CT. Há que se discutir a contratação do
264 Professor Aderbal da UFMG para o mapeamento dos outros povos e comunidades tradicionais. O projeto/documento
265 foi assinado, e já houve a liberação do pagamento nessa semana, que seria uma antecipação. O início do trabalho
266 em campo de ser ainda este mês.

267 O representante dos faiscadores, Sr. Sebastião, relata que gostaria de ver normalizadas as atividades que exercia
268 com a ajuda do rio, já que era o sustento e a defesa de todos que dele dependiam. Que o rejeito continua a tirar do
269 rio a sua maior força e quanto tempo poderá demorar até a natureza o reconstrua. Nem a Piracema com o qual
270 estavam acostumados não acontece mais, pois não tem condições do peixe vir. Tinham um volume de areia e
271 cascalho para construir e peixe para pescar. Há três anos que a FR foi formada e não se vê muita coisa feita. Ele
272 pergunta então, qual o planejamento da FR para substituir essas perdas. E a informação sobre qualquer ação sendo
273 realizadas pela FR tem que chegar ao atingidos.



274 A FR responde que são várias frentes de trabalho e contratação de consultorias e assessorias técnicas priorizando a
275 contratação de pessoas da própria comunidade. Já houve uma conversa com a ASPESC Rio Doce e está se
276 constituindo um plano de desenvolvimento territorial integrado. Propõe fazer uma pauta de comunicação conjunta
277 para que a informação chegue para os atingidos.

278 A CT reforça que tem alguns fluxos de comunicação que precisam ser respeitados já que, por conta de diversas
279 pautas, temos a Integração de várias ações que estão sendo realizadas ao mesmo tempo. A CT já faz o
280 acompanhamento e monitoramento delas nos territórios e traz para este fórum as incoerências técnicas
281 encontradas. Não é uma instância superior às Comissões Locais pois, o centro das decisões é o atingido. Por isso
282 solicita à FR o alinhamento das falas, trazer o que está em curso para entender onde os faiscadores estão situados
283 no contexto do ressarcimento e qual tratamento que será dado para não haver sobreposição com outras ações de
284 outros programas. A CT questiona se a FR trouxe algum material para ser apresentado sobre o assunto e houve uma
285 negativa por parte da FR que explica que as ações emergenciais para Povos e Comunidades tradicionais estão no
286 campo e caráter só de auxílio financeiro. É importante a participação destes atingidos porque a temática dos
287 faiscadores é importante ter o estabelecimento de dinâmicas de trabalho na mesma forma como é feito com os
288 povos indígenas e quilombolas. Um dinâmica de grupo de trabalho focado também nas questões locais. O ponto de
289 partida é a atividade econômica dentro programas de uso sustentável da terra.

290 A CT reforça que cada território tem suas características e precisa que a demanda venha do território para cá:
291 assessoria técnica e comissões e que a autonomia dos faiscadores tem que ser preservada. Tem que trazer as
292 premissas já acordadas, dentre elas o autoconhecimento.

293 E valorizar as decisões das Comissões Locais. Se há a intenção da população em articular e apoiar o plano e ações
294 isso é muito válido. Fazem diferença saber que o sustento deles e da família era estar no rio. É o sustento, o lazer, a
295 tradição. Para todos eles, pescador, garimpeiro, ribeirinho, e a própria comunidade tradicional. A auto identificação
296 é prevista na OIT 169. Consultem eles para que vocês possam pensar em um plano estruturante. E criação de uma
297 agenda construída para se pensar na criação de novas atividades econômicas dentro dos territórios e com a
298 população. Soluções emergem desta construção. A tradicionalidade existe e não é questão só financeira.

299
300 ENCAMINHAMENTO: Construção participativa de um plano estrutural e emergencial para nivelar as ações, que já
301 estão sendo feitas para as comunidades Quilombolas e Indígenas e voltar com propostas mais efetivas para a
302 comunidade de faiscadores e pescadores de Rio Doce e Santa Cruz.

303
304 A FR acredita que é importante: entender a demanda específica dos territórios e dos faiscadores, trazer soluções
305 para o cenário de violência que se encontram alguns territórios e ter clareza da responsabilidade que lhe compete, e
306 que não conseguirá resolver a discussão dos montantes financeiros sozinha.

307
308 ENCAMINHAMENTO: Até o dia 20/11 apresentar o projeto estrutural para as ações com os faiscadores (marco do
309 programa 04) e a possibilidade de realizar um estudo de componentes para eles também trazendo o
310 dimensionamento do desastre para a população. Apresentar proposta de cronograma de apresentação do PG 04
311 para as comunidades de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, para conhecimento, construção e validação das ações
312 que integram o referido programa.

313
314 ENCAMINHAMENTO: Dados sobre as pessoas atingidas, número de faiscadores por sexo que já estão sendo
315 atendidas pelo AFE. Prazo: dia 27/11.

316
317 Resgate e valorização da cultura

318 ENCAMINHAMENTO: A FR se comprometa e mandar um e-mail para a H&P informando que a Fundação Cultural de
319 Palmares irá entrar em contato com eles para combinar o programa PBAQ, Plano Básico ambiental Quilombola.

Candine Buoxi Molina